

O PROFESSOR PDE E OS DESAFIOS
DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE
Produção Didático-Pedagógica

2010

VOLUME I



Secretaria de Estado ***da Educação***

ADRIANA SAMUEL FERRARI

**A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA PÚBLICA NA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA VISANDO A MELHORIA NO
DESEMPENHO ESCOLAR**

UNIDADE DIDÁTICA

Londrina
2011

FICHA PARA CATÁLOGO
PRODUÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

Título: A Função Social da Escola Pública na Sociedade Contemporânea Visando a Melhoria no Desempenho Escolar	
Autor	Adriana Samuel Ferrari
Escola de Atuação	Colégio Estadual Padre José Herions – Ensino Fundamental e Médio
Município da escola	Rolândia
Núcleo Regional de Educação	Londrina
Orientador	Edmilson Lenardão
Instituição de Ensino Superior	Universidade Estadual de Londrina – UEL
Disciplina/Área (entrada no PDE)	Gestão Escolar
Produção Didático-pedagógica	Unidade Didática
Relação Interdisciplinar (indicar, caso haja, as diferentes disciplinas compreendidas no trabalho)	
Público Alvo (indicar o grupo com o qual o professor PDE desenvolveu o trabalho: professores, alunos, comunidade...)	Alunos das 5ª séries (matutino e vespertino), direção, equipe pedagógica e administrativa, professores, funcionários e membros da comunidade local.
Localização (identificar nome e endereço da escola de implementação)	Colégio Estadual Padre José Herions – Ensino Fundamental e Médio. Avenida das Palmeiras, 285 - Jardim Novo Horizonte. Rolândia/ PR
Apresentação: (descrever a justificativa, objetivos e metodologia utilizada. A informação deverá conter no máximo 1300 caracteres, ou 200 palavras, fonte Arial ou Times New Roman, tamanho 12 e espaçamento simples).	Devido à necessidade verificada em retomar o debate sobre a função social da escola pública na sociedade contemporânea, pretende-se valorizar a educação formal e, conseqüentemente, obter uma melhoria no desempenho escolar do aluno. A produção didático-pedagógica será utilizada como material de apoio no grupo de estudo formado por membros da comunidade escolar e local com o objetivo de refletir sobre a função social da escola, apresentando as principais teorias pedagógicas. Tal grupo, posteriormente, irá colaborar no momento em que o Projeto de Intervenção Pedagógica for aplicado com os alunos.
Palavras-chave (3 a 5 palavras)	Escola Pública; Função Social; Saviani.

A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA PÚBLICA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA VISANDO A MELHORIA NO DESEMPENHO ESCOLAR

FERRARI, Adriana Samuel¹.

O capitalismo de hoje não recusa o direito à escola. O que ele recusa é mudar a função social da escola.

A. Lettieri

APRESENTAÇÃO

Considerado um Programa inovador, o PDE – Programa de Desenvolvimento Educacional integra a política de formação continuada e de valorização dos professores da Rede Pública Estadual de Ensino do Estado do Paraná, desenvolvido em parceria com importantes Instituições de Ensino Superior.

O PDE possibilita ao professor retornar às atividades acadêmicas de sua área inicial para que tenha condições de atualizar e aprofundar os seus conhecimentos teórico-práticos, permitindo a reflexão teórica sobre a prática para desencadear mudanças na prática escolar.

A elaboração da produção didático-pedagógica consiste numa atividade obrigatória e individual a ser produzida durante o segundo período do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE com o objetivo de ser utilizada em situações específicas e planejada enquanto estratégia do Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola, auxiliando tanto na compreensão da realidade objetiva como também contribuindo para que ocorra a sua transformação.

Optamos por elaborar e trabalhar com uma Unidade Didática, que consiste numa elaboração que desenvolve um tema, aprofundando-o de forma teórica e metodológica. Compreende um ou mais conteúdos da disciplina/área em foco, desenvolvidos sob a perspectiva metodológica. Nela é de extrema importância que a discussão proposta inclua o espaço da ação docente.

¹ Autora: Professora de História da Rede Estadual de Ensino, vinculada a Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED. Participante do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE 2010 – Gestão Escolar – Vinculada a Universidade Estadual de Londrina – UEL.

A presente Unidade Didática resulta da inquietação provocada diante das seguintes indagações: “para que serve a escola pública?”, “qual a sua função social?”.

Percebemos no decorrer dos nossos estudos que essas e tantas outras questões relacionadas à finalidade da escola pública na sociedade contemporânea ainda não estão claras para um número significativo de pessoas, tornando assim imprescindível a retomada das discussões em torno do assunto.

Neste sentido a Unidade Didática pretende contribuir propiciando um espaço e momento adequado para que aconteça essa discussão e que ela possa oportunizar a possibilidade de visualizar a escola enquanto instituição que deve facilitar a apropriação do saber sistematizado pelo aluno, oferecendo-lhe todas as condições necessárias para que tenha acesso ao conhecimento científico, artístico e filosófico. Entretanto, para que isso ocorra, é indispensável socializar o saber sistematizado, historicamente acumulado, como patrimônio universal da humanidade, fazendo com que esse saber seja criticamente apropriado pelos estudantes que já trazem consigo o saber popular da comunidade em que vivem e atuam.

O entrelaçamento e a apropriação desses saberes pelos estudantes e pela comunidade escolar representam um elemento decisivo para o processo de democratização da própria sociedade. Nesta ótica, queremos contribuir através de estudos, reflexões e discussões para que ocorra uma valorização da educação formal e conseqüentemente aconteça um avanço no desempenho escolar dos alunos.

A contribuição para o trabalho docente e demais membros da Instituição Escolar também contará com a análise, reflexão e debate sobre as principais teorias pedagógicas com o intuito de auxiliar o professor a desenvolver um aprofundamento teórico e a se posicionar frente à sua prática pedagógica, promovendo assim um resgate das reflexões sobre as teorias pedagógicas, nas quais a Pedagogia Histórico-Crítica assumirá uma posição de destaque, pois segundo Saviani (2003b) essa pedagogia busca superar as Pedagogias da essência e da existência de forma dialética, procurando ultrapassar a crença na autonomia ou na dependência absoluta da educação em face das condições sociais vigentes.

Esse é um dos grandes desafios da educação contemporânea: efetivar-se enquanto instrumento principal de transformação da sociedade, isto é, a educação pode contribuir de forma significativa para provocar a mudança das pessoas, dos grupos sociais, das instituições, etc., pois ela não é imutável, ao contrário, é dinâmica e apresenta plenas condições para idealizar e construir uma sociedade mais cidadã e democrática. Para Saviani (2003a, p. 31):

[...] Do ponto de vista prático, trata-se de retomar vigorosamente a luta contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino das camadas populares. Lutar contra a marginalidade, através da escola, significa engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais. O papel de uma teoria crítica da educação é dar substância concreta a essa bandeira de luta de modo a evitar que ela seja apropriada e articulada com os interesses dominantes.

Nessa perspectiva, compreendemos que com a abertura democrática vivenciada em nosso país, a educação vem ocupando espaços significativos no Cenário Nacional, em busca de um caminho que venha consolidar o anseio da própria população brasileira e principalmente de seus profissionais da educação, ou seja, a construção de uma escola pública democrática, laica e de boa qualidade para todos.

Essa Unidade Didática visa contribuir para a compreensão da necessidade do processo educativo ser conduzido, baseando-se em parâmetros diferentes daqueles estabelecidos pelo sistema capitalista e tendo a educação como via de emancipação humana e transformação das bases sociais.

PROCEDIMENTOS

De início, formaremos um Grupo de Estudo, do qual poderá participar: direção, equipe pedagógica e administrativa, professores, funcionários e demais interessados com o objetivo de refletir sobre a função social da escola pública, o atual nível de desempenho escolar dos estudantes, suas causas e efeitos e abordando as principais teorias pedagógicas, dando ênfase à Pedagogia Histórico-Crítica, o que ocorrerá nos meses de agosto e setembro de 2011.

Pretendemos assim preparar o ambiente escolar para prosseguirmos para um segundo passo: abordar o assunto com alunos das 5^o séries (matutino e vespertino) do Colégio Estadual Padre José Herions – Ensino Fundamental e Médio, formando com eles um Grupo de Estudo e, nessa etapa, contar com o apoio de todos os envolvidos com a Instituição Escolar (direção, equipe pedagógica e administrativa, professores, funcionários, etc.), principalmente com quem já tenha participado do Grupo de Estudo Inicial.

Elaboramos um questionário que será aplicado a todos os alunos das 5^o séries, essa será a primeira etapa do nosso trabalho com os alunos, onde levantaremos os dados iniciais. A partir daí iremos desenvolver alguns conceitos básicos com os estudantes,

procurando mostrar-lhes a importância da educação formal enquanto prática educativa que não se resume apenas a uma exigência da vida em sociedade, mas sim um processo de prover aos indivíduos conhecimento e experiências culturais que irão torná-los capazes de atuar no meio social e transformá-lo em função de suas necessidades econômicas, políticas e sociais, tornando-o um espaço mais justo (SAVIANI, 2003a).

Acreditamos que com o estudo, reflexão e debate com os alunos, possamos contribuir para que eles possam despertar o interesse em relação à função social que cabe a escola pública desempenhar, encorajando-os a desenvolverem posturas positivas e duradouras com relação ao ato de estudar e aprender.

Como forma de avaliar se nossos objetivos foram ou não alcançados, no final do Grupo de Estudo com os alunos, novamente aplicaremos o mesmo questionário para verificar se algumas posturas foram modificadas ou se permanecem inalteradas.

Os resultados serão apresentados posteriormente, quando da elaboração do Artigo Científico.

CONTEÚDOS DE ESTUDO

Texto Base: “SOBRE A NATUREZA E ESPECIFICIDADE DA EDUCAÇÃO” (SAVIANI, 2003c).

Você já pensou como ocorre a prática pedagógica na escola?

Sabemos que não existe uma única forma de prática pedagógica, embora o principal objetivo de toda prática seja a aprendizagem. Porém, na medida em que existem várias concepções da aprendizagem, muitas teorias epistemológicas e inúmeras posições em relação à educação, torna-se óbvio que há embasamento o suficiente para o surgimento de diversas práticas pedagógicas. Estamos aqui nos referindo à uma prática ética, comprometida, coerente e ao mesmo tempo, consciente e competente.

A prática pedagógica consiste numa prática social e política, pois não se pode conceber a educação sem um vínculo sócio-histórico. Para Aranha (1996), a educação não pode ser compreendida fora do contexto histórico-social concreto, sendo a prática social o ponto de partida e o ponto de chegada da ação pedagógica.

O ato de aprender a aprender é, certamente, uma das principais funções do ato de educar. A construção de uma pessoa mais autônoma, no processo de aprender, torna-a

mais autônoma no processo de viver – de escolher e traçar os rumos de sua vida. Conforme Gramsci (apud RODRIGUES, 1984, p. 55-56), a atividade educacional tem como compromisso preparar o indivíduo para ser alguém capaz de pensar, dirigir e de controlar quem dirige. De acordo com o autor citado, o conhecimento transmitido e assimilado pelo indivíduo só terá valor se colocado em prática de maneira efetiva numa relação com o social, isto é, com os demais indivíduos e com a natureza. Portanto, o desenvolvimento do indivíduo deve trazer contribuições ao desenvolvimento da sociedade.

A ação educativa possibilita aos alunos darem saltos na aprendizagem e no desenvolvimento, sendo de fundamental importância garantir a aprendizagem de todos, compreendendo que todos são capazes de aprender. Os alunos não somente devem ter acesso ao conhecimento científico, como também através dele ser transformado, inovado. Sabemos que a educação produz suas práticas em virtude do projeto de sociedade a que está vinculada.

Como afirma Rodrigues (1984), a escola cumprirá a sua função e aqueles que ensinam se tornarão mediadores competentes se for possível realizar a síntese do antigo com o novo, ou seja, fazer com que os alunos que a frequentam, conheçam o passado e integrem o presente como agentes históricos na construção do futuro.

Para Saviani (2003b, p. 18):

[...] para existir a escola não basta a existência do saber sistematizado. É necessário viabilizar as condições de sua transmissão e assimilação. Isso implica dosá-lo e seqüenciá-lo de modo que a criança passe gradativamente do seu não-domínio ao seu domínio. Ora, o saber dosado e seqüenciado para efeitos de sua transmissão-assimilação no espaço escolar, ao longo de um tempo determinado, é o que nós convencionamos chamar de “saber escolar”.

Então, devemos refletir: Podemos conduzir da mesma maneira o processo de aquisição do “saber escolar” de uma criança e de um adulto? Quais as diferenças que podem e devem ser observadas e consideradas?

EDUCAR É PRECISO. PARA QUÊ E PARA QUEM?

Texto Base: “PARA QUE SERVEM AS ESCOLAS?” (YOUNG, 2011).

Inicialmente faz-se necessário resgatar o que significa a palavra educação, buscando entender a etimologia do termo educação, proveniente do latim **educere**, cujo significado é tirar, desenvolver, extrair, ou do latim **educare**, que significa criar, amamentar. De acordo com a definição de Libâneo (1985, p. 97), “educar é conduzir de um estado a outro, é modificar, numa certa direção, o que é suscetível de educação”. E prossegue dizendo:

[...] O ato pedagógico pode, então, ser definido como uma atividade sistemática de interação entre seres sociais, tanto no nível do interpessoal como no nível da influência do meio, interação essa que se configura numa ação exercida sobre sujeitos ou grupos de sujeitos, visando provocar neles mudanças tão eficazes que os tornem elementos ativos desta própria ação exercida. Presume-se, aí, a interligação no ato pedagógico de três componentes: um agente (alguém, um grupo, um meio social etc) uma mensagem transmitida (conteúdos, métodos, automatismos, habilidades etc) e um educando (aluno, grupos de alunos, uma geração etc).

[...] é a prática mais humana, considerando-se a profundidade e a amplitude de sua influência na existência dos homens. Desde o surgimento do homem, é prática fundamental da espécie, distinguindo o modo de ser cultural dos homens do mundo natural de existir dos demais seres vivos.

Analisando nossa sociedade podemos perceber que a educação não é a mesma para todos, visto que até mesmo o universo da educação não está livre das discriminações e das exclusões. Isto porque enquanto uns são educados para serem cidadãos, para tomarem decisões, outros são educados para obedecerem, para o trabalho, sem falar ainda naqueles os quais a situação é pior ainda, ou seja, nem isso conseguem e acabam ficando à margem do processo educativo, cuja condição obriga-os a construir seu próprio processo pedagógico de sobrevivência, de reprodução social, de resistência educativa.

Cury (2000) coloca que o capitalismo de hoje não recusa, de fato, o direito de educação à classe subalterna, mas sim recusa mudar sua função social, isto é, sua função de instrumento de hegemonia. Influenciado por uma direção, o saber responde a interesses cujas raízes residem na necessidade de manter uma estruturação econômico-social que o torne uma força produtiva sem pôr em risco a organização social do trabalho.

Para Brandão (2001, p. 98-99):

[...] Se a educação é determinada fora do poder comunitário dos seus praticantes, educandos e educadores diretos, por que participar dela, da

educação que existe no sistema escolar criado e controlado por um sistema político dominante? Se na sociedade desigual ela reproduz e consagra a desigualdade social, deixando no limite inferior de seu mundo os que são para ficar no limite inferior do mundo do trabalho (os operários e filhos de operários) e permitindo minorias reduzidas no seu limite superior, por que acreditar ainda na educação? Se ela pensa e faz pensar em o oposto do que é, na prática do seu dia-a-dia, por que não forçar o poder de pensar e colocar em prática uma outra educação? Porque a educação é inevitável [...] Porque a educação sobrevive aos sistemas e, se em um ela serve à reprodução da desigualdade e à difusão de idéias que legitimam a opressão, em outro pode servir à criação da igualdade entre os homens e à pregação da liberdade.

Entendemos então, que a educação produz suas práticas influenciadas pelo projeto de sociedade a que está condicionada. Portanto, para que as práticas pedagógicas garantam o desenvolvimento de pessoas capazes de aprender, solidárias, produtoras do conhecimento, cidadãs, a educação deverá estar a serviço da sociedade que acredita e prioriza essas características, atuando como um importante instrumento que irá auxiliar no desencadeamento de uma transformação social nesses moldes citados.

Para que haja um melhor aproveitamento do processo educativo é de suma importância que a instituição Escolar (professores, alunos, funcionários, pais, etc.) conheça as principais teorias pedagógicas, identifique a opção adotada pela Instituição Escolar a qual pertence e dessa forma tenha o embasamento teórico necessário para compreender/ conduzir as ações pedagógicas.

Embora as teorias pedagógicas desenvolvam-se em contextos diferenciados, com características e projetos político-pedagógicos próprios, todas têm um objetivo comum: instrumentalizar e direcionar nossa ação pedagógica.

E você, como profissional, conhece os princípios que norteiam a teoria pedagógica adotada pela instituição Escolar em que você atua?

E como pai, mãe, conhece os princípios que norteiam a teoria pedagógica adotada pela instituição Escolar em que seu filho (a) estuda?

Compreende como acontece a construção do conhecimento segundo essa teoria?

Reconhece qual sua relação com o período histórico em que foi implantada?

Sabe qual é a importância do papel desta teoria na construção da sociedade contemporânea?

RESGATE DO ESTUDO E REFLEXÃO SOBRE AS TEORIAS PEDAGÓGICAS

“**Texto base: ‘CONCEPÇÕES AFIRMATIVAS E NEGATIVAS SOBRE O ATO DE ENSINAR.’** (DUARTE, 1998).

Segundo Saviani (2003a, p. 5) as teorias pedagógicas são divididas em dois grupos denominados: Teorias Não-Críticas e Teorias Crítico-Reprodutivistas. Para o autor as Teorias Não-Críticas [...] encaram a educação como autônoma e buscam compreendê-la a partir dela mesma, ou seja, a educação é compreendida a partir dela mesma e a escola é considerada uma instituição isolada da sociedade. Esse grupo de teorias colabora para manter a estrutura de classes.

Aqui a educação é vista como instrumento de equalização social, de superação da marginalidade: é uma sociedade harmoniosa; a escola é força homogeneizadora; a educação tem autonomia em relação à sociedade e contribui para a construção de uma sociedade igualitária. A causa da marginalidade seria a ignorância.

Faz parte das Teorias Não-Críticas: a Pedagogia Tradicional, a Pedagogia Nova e a Pedagogia Tecnicista.

Pedagogia Tradicional: Surge em primeira instância com o objetivo de consolidar a classe burguesa. Era necessário tirar o povo da marginalidade, que nesta época (séc.XIX), era considerado “ignorante”.

Também designada como pedagogia da essência, acredita que o indivíduo é pré-determinado a ser o que foi estabelecido, vê a marginalidade como fruto da ignorância e a escola como antídoto para combater a ignorância e assim servir como um instrumento para equacionar o problema da marginalidade. Logo, se estabelece a idéia de que é marginalizado o indivíduo que não é esclarecido.

A escola seria então uma disseminadora da instrução, sistematizando e transmitindo o conhecimento, combatendo a ignorância enciclopédica e passando a ser vista como uma agência centrada no professor que deve: selecionar os conteúdos, ordená-los logicamente, transmiti-los aos alunos e avaliá-los. Ele tem o controle sobre todo o processo pedagógico. Quanto ao aluno cabe apenas a função de assimilar os conteúdos (professor ensina e o aluno aprende).

Para que ocorra a aprendizagem os alunos devem realizar disciplinadamente as atividades, pois o importante é aprender. Eles aprendem a adaptar-se aos valores e normas

vigentes, através do desenvolvimento da cultura individual. Mesmo pregando a igualdade de oportunidades, essa teoria não revela as desigualdades de condições.

Parafraseando Fleuri (1994), o objetivo de tal educação seria a formação do indivíduo como sujeito capaz de ter opiniões próprias, com o intuito de tirar proveito das oportunidades que a sociedade oferece. Assim, ao formar o indivíduo como sujeito livre e autônomo, os processos educacionais contribuiriam para adaptar sua satisfação individual, estabelecendo relações de competição que estimulariam cada um a se desenvolver ao máximo, de tal modo que a soma dos sucessos individuais resultasse “automaticamente” no progresso da sociedade como um todo.

Saviani (2003a) tece uma crítica em relação à Pedagogia Tradicional, considerando que esta escola não conseguiu atingir os objetivos a que se propôs.

Pedagogia Nova: Segundo Aranha (1996, p. 167):

[...] Escola nova surge no final do século XIX justamente para propor novos caminhos à educação, que se encontra em descompasso com o mundo no qual se acha inserida. Representa o esforço de superação da pedagogia da essência pela pedagogia da existência. Não se trata mais de submeter o homem a valores e dogmas tradicionais e eternos nem de educá-lo para a realização de sua ‘essência verdadeira’. A pedagogia da existência volta-se para a problemática do indivíduo único, diferenciado, que vive e interage em um mundo dinâmico.

Essa teoria coloca que a marginalidade não é fruto da ignorância, mas da rejeição (marginalizados são os anormais, desajustados ou inadaptados). É função da escola ensinar para incluir socialmente, atender diferentemente cada um, de acordo com as suas diferenças individuais, para que possa se tornar um sujeito adaptado e não-marginalizado.

Para esta concepção o importante é atender às especificidades da natureza infantil. Há uma inversão de valores: agora, a criança deve ser tratada como criança, e não como um pequeno adulto. O objetivo é o homem integral, isto é, deve-se pensar no sujeito como um todo, valorizando não somente o aspecto racional, mas também o sensorial, emocional e físico.

O método de ensino utilizado é baseado no aprender a aprender, ou no aprender fazendo. Deve-se conduzir o aluno a pesquisar, a resolver problemas, a estudar o meio social e natural. O importante não é o que se aprende, mas aprender a aprender, ou seja, “é mais importante o processo de aquisição do saber do que o saber propriamente dito”. (LIBÂNEO, 1994, p. 58). Quanto à relação que se estabelece entre professor e aluno, “não há lugar privilegiado para o professor, antes, seu papel é auxiliar o desenvolvimento livre e

espontâneo da criança; se intervém, é para dar forma ao raciocínio dela”. (LIBÂNEO, 1994, p. 58). Percebe-se nesse tipo de teoria que ocorre um afrouxamento da disciplina e um esvaziamento do conteúdo.

Analisando a Escola Nova em seu contexto, verificamos que ela surge com a finalidade de garantir o fortalecimento dos ideais liberais na formação dos indivíduos. Aranha (1996, p. 168) confirma essa constatação, quando coloca:

[...] Compreende-se o ideário escolanovista a partir da situação social e econômica em que foi gerado. Nesse sentido, a escola nova é típica representante da pedagogia liberal. [...] A crescente industrialização da sociedade contemporânea, com suas rápidas transformações, requer a ampliação da rede escolar, bem como uma escola que prepara para o novo; além do mais, as esperanças de superação das desigualdades sociais encontram na adequada escolarização uma promessa de mobilidade social.

No Brasil essa teoria é implementada no século XX, a partir da década de 1920 e posteriormente encontramos seus princípios expostos no Manifesto dos Pioneiros da Educação, publicado em 1932.

No período denominado Estado Novo (1937 a 1945), a Escola nova perde sua força e só reaparece na década de 1950, com o objetivo de ampliar os ideais do liberalismo brasileiro, como a ampliação da escolarização e a formação de trabalhadores para a indústria, em plena ascensão no Brasil.

Apesar de pregar uma educação universal, gratuita e democrática, a Escola Nova mantém os ideais liberais, nunca questionando a estrutura social. Acaba por reproduzir a diferença na educação dos filhos de operários e na dos filhos da elite, promovendo a elitização do ensino, pois ao dar ênfase à alta qualificação dos professores e às altas exigências das escolas particulares, acaba desqualificando as escolas públicas, que por falta de estrutura e verba são impossibilitadas de introduzir as novidades didáticas. Dessa forma, a Escola Nova aprimorou o ensino destinado à elite e rebaixou o nível de ensino destinado as escolas populares.

A Escola Nova agravou o problema da marginalidade, pois seus mecanismos de recomposição da hegemonia da classe dominante deslocam o eixo de preocupação do âmbito político para o âmbito técnico-pedagógico.

Pedagogia Tecnicista: Surge no século XX, com o objetivo de implementar o modelo empresarial na escola, ou seja, aplicar na escola o modelo de racionalização típico do sistema de produção capitalista. Recebendo forte influência das teorias positivistas e da

psicologia americana behaviorista, o tecnicismo procura ensinar o aluno através do treinamento. Para Aranha (1996, p. 176):

[...] Herdeira do cientificismo, a tendência tecnicista busca no behaviorismo, teoria psicológica também de base positivista, os procedimentos experimentais necessários para a aplicação do condicionamento e o controle do comportamento. Daí a preocupação com a avaliação a partir dos aspectos observáveis e mensuráveis da conduta e o cuidado com o uso da tecnologia educacional, não somente quanto à utilização dos recursos avançados da técnica, mas também quanto ao planejamento racional, que tem em vista alcançar os objetivos propostos com economia de tempo, esforço e custo.

Na visão tecnicista, marginalizado não é nem o indivíduo ignorante, nem o diferente, mas o incompetente e improdutivo. Então, compete à escola torná-lo competente para não ser marginalizado. O principal papel da escola é o de adequar o indivíduo à sociedade, moldando seu comportamento e organizando o processo de aquisição de habilidades, atitudes e conhecimentos específicos úteis e necessários para que os indivíduos se integrem no sistema social. Nessa questão existe uma divisão: aos especialistas cabe a tarefa de descobrir os conhecimentos (trabalho intelectual), enquanto aos professores compete a tarefa de repassar e aplicar o conhecimento (trabalho manual). Por isso os conteúdos a serem ensinados já estão estabelecidos nos manuais, nos livros didáticos, nas apostilas, entre outros. O professor deverá se encarregar de buscar a melhor forma de controlar as condições ambientais que assegurem a transmissão/recepção da matéria. O relacionamento professor – aluno estabelece-se de maneira estruturada e objetiva, devendo o professor administrar as condições de transmissão do conteúdo enquanto o aluno recebe, aprende e fixa as informações. Ambos são expectadores, meros executores de tarefas dentro do processo pedagógico.

De início essa teoria é introduzida nos Estados Unidos, que acaba por impor sua introdução a todos os países da América latina. No Brasil, a Teoria Tecnicista se impôs após o golpe de 1964, através de acordos MEC – USAID (United States Agency For International Development). A USAID, empresa de consultoria norte-americana faz inúmeras pesquisas sobre a educação no Brasil e essas pesquisas acabaram influenciando a implementação desta teoria através das leis 5.540/68 e 5.692/71, que resultaram na Reforma Educacional Universitária e de 1º e 2º graus respectivamente. Com a Lei 5.692/71 foi flexibilizada a conclusão do 1º grau, reformulado o currículo e diluído os conteúdos. O texto escrito por Aranha (1996, p. 177) retrata quais foram as conseqüências destas leis para a educação no Brasil:

[...] A burocratização do ensino foi intensificada, afogando os professores em papéis nos quais deviam ser detalhados os objetivos de cada passo do programa. Houve inferiorização das funções do professor, que se tornou simples executor das ordens vindas do setor de planejamento, a cargo de técnicos em educação que, por sua vez, não pisavam em sala de aula.

[...] Nesse período, a educação elementar esteve bastante abandonada e a pretendida reforma do 2º grau, com a implantação do ensino profissionalizante, redundou em absoluto fracasso. A inclusão de disciplinas técnicas no currículo teve por consequência a exclusão de outras (como filosofia) e a diminuição da carga horária de algumas (geografia e história, por exemplo).

E prossegue apontando os efeitos negativos dessas mudanças:

[...] A queda do nível de ensino repercutiu de forma mais drástica na escola pública. Obrigada a atender à lei ao pé da letra, enquanto as escolas particulares de certa forma “contornavam” as exigências oficiais, assumindo apenas a nomenclatura dos cursos e oferecendo os conteúdos tradicionais. Isso aumentou a seletividade de nossa educação, fazendo com que o ensino superior se destinasse cada vez mais aos filhos da elite (ARANHA, 1996, p. 177).

Saviani (2003a, p. 15) coloca claramente:

[...] a pedagogia tecnicista acabou por contribuir para aumentar o caos no campo educativo, gerando tal nível de descontinuidade, de heterogeneidade e de fragmentação, que praticamente inviabiliza o trabalho pedagógico. Com isso, o problema da marginalidade só tendeu a se agravar: o conteúdo do ensino tornou-se mais rarefeito e a relativa ampliação das vagas tornou-se irrelevante em face dos altos índices de evasão e repetência.

Cumprir notar que as Teorias Crítico-Reprodutivistas: Teoria da Escola como Aparelho Ideológico de Estado (AIE), Althusser (1974), Teoria do Sistema de Ensino como Violência Simbólica, Bourdieu e Passeron (1975) e a Teoria da Escola Dualista, Baudelot e Establet (1980) seguem orientação marxista e foram concebidas no campo da sociologia por teóricos europeus. Descrevem mecanismos sociais de segregação, de alienação e de dominação, destacando o papel reprodutivista da educação na escola: a escola reproduz a segregação em uma sociedade dividida em classes opostas e caracterizada pela posse dos meios de produção pela burguesia dominante e da força de trabalho pelo proletariado dominado. Não apresentaram propostas pedagógicas, mesmo porque não viam a escola como instrumento de luta pela transformação social.

Para este grupo, a educação é como instrumento de discriminação social, fator de marginalidade. Compreende a marginalidade como fenômeno inerente à própria

estrutura da sociedade e a educação é entendida como dependente da estrutura social, por isso reforça e reproduz a sociedade, legitimando a marginalização.

Teoria do Sistema de Ensino como Violência Simbólica: Foi o pensador francês Pierre Bourdieu quem criou o conceito de violência simbólica para descrever o processo pelo qual a classe que domina economicamente impõe sua cultura aos dominados. Bourdieu, juntamente com o sociólogo Jean-Claude Passeron, partem do princípio de que a cultura, ou o sistema simbólico, é arbitrária, visto não se apoiar numa realidade dada como natural. Assim, são marginalizados os membros de grupos ou de classes sociais dominados. A marginalização é dupla: é social porque não possuem força material (capital financeiro) e é simbólica porque não possuem força axiológica (capital cultural). “E a educação, longe de ser um fator de superação da marginalidade, constitui um elemento reforçador da mesma.” (SAVIANI, 2003a, p. 21).

A escola atua como um instrumento que legitima e naturaliza o poder, a dominação econômica de uns sobre outros. A ação pedagógica impõe a cultura da classe dominante para a classe dominada negligenciando os valores do proletariado e contribui para reproduzir a estrutura de relação de forças. O efeito de tal educação é um contingente de educados pobres financeira e culturalmente.

Saviani (2003a, p. 20) observa que “[...] a teoria não deixa margem a dúvidas. A função da educação é a reprodução das desigualdades sociais. Pela reprodução cultural, ela contribui especificamente para a reprodução social”.

Teoria da Escola como Aparelho ideológico de Estado (AIE): A escola é o instrumento mais acabado da reprodução das relações de produção do capitalismo. Seu principal teórico foi Louis Althusser, que aponta que o governo possui duas formas de dominação: a repressiva, que se dá pelo uso da violência propriamente dita, e o ideológico, que se dá por meio familiar, nas igrejas, nas escolas, nos partidos políticos etc.

Os aparelhos ideológicos do Estado são utilizados a favor do capital pelo convencimento (ideologia) ou pela força (repressão) e colaboram para manter/reproduzir a divisão social em classes econômicas.

Nas escolas, a ideologia capitalista do Estado pode ser identificada na educação de classes menos favorecidas para o trabalho (proletariado), enquanto que as classes mais favorecidas são educadas para o “status social”, ou seja, para ocupar os postos de poder na sociedade capitalista. Constituindo-se em instrumento de reprodução da ideologia dominante, em lugar de servir enquanto instrumento de equalização, acaba por se tornar um

mecanismo construído pela burguesia para perpetuação de seus interesses, considerando que uma minoria da população alcança o ensino superior.

A escola, segundo a análise de Althusser, é o instrumento criado para otimizar o sistema produtivo e a sociedade a que ele serve, pois ela não só qualifica para o trabalho, socialmente definido, mas também introjeta valores, que garantem a reprodução comportamental compatível com a ideologia dominante. Tornar um aluno mais competente tecnicamente não é o suficiente. Ele deve tornar-se mais competente para manter uma sociedade determinada (LUCKESI, 1994, p. 45).

[...] na visão reprodutivista de Althusser, façam o que fizerem os professores – lutem, melhorem suas práticas, melhorem seus métodos e materiais -, tudo será em vão, já que sempre reproduzirão a ideologia dominante e, pois, a sociedade vigente (LUCKESI, 1994, p. 48).

Teoria da Escola Dualista: Elaborada por Baudelot e Establet e denominada por Saviani (2003a, p. 25) de:

[...] “teoria da escola dualista”, porque os autores empenham em mostrar que a escola, em que pese a aparência unitária e unificadora, é uma escola dividida em duas (e não mais do que duas) grandes redes, as quais correspondem à divisão da sociedade capitalista em duas classes fundamentais: a burguesia e o proletariado.

Segundo essa concepção, são marginalizados os expropriados, a classe trabalhadora. A escola é organizada em duas redes de escolarização: Primária Profissional (PP) – destinada para aqueles que integram as classes dominada e Secundária Superior (SS) – reservada para os filhos da classe dominante.

Considerando-se que o proletariado dispõe de uma força autônoma e forja na prática da luta de classes suas próprias organizações e sua própria ideologia, a escola tem por missão impedir o desenvolvimento da ideologia do proletariado e a luta revolucionária. Para isso ela é organizada pela burguesia como um aparelho separado da produção. [...] ela qualifica o trabalho intelectual e desqualifica o trabalho manual, sujeitando o proletariado à ideologia burguesa sob um disfarce pequeno-burguês. [...] a escola, longe de ser um instrumento de equalização social, é duplamente um fator de marginalização: converte os trabalhadores em marginais, não apenas por referência à cultura burguesa, mas também em relação ao próprio movimento proletário, buscando arrancar do seio desse movimento (colocar à margem dele) todos aqueles que ingressam no sistema de ensino (SAVIANI, 2003a, p. 27-28).

Faz uma crítica à divisão do trabalho, que reproduz na escola e nos locais de trabalho a mesma estrutura social, dividida em classes, em que uns mandam e outros obedecem.

Saviani (2003a), não faz menção a uma proposta pedagógica Crítico-Reprodutivista, isto porque essas teorias não apresentam uma proposta de ação, limitando-se apenas, a explicar as razões do fracasso escolar e da marginalização das classes populares. “Elas empenham-se tão-somente em explicar o mecanismo de funcionamento da escola tal como está constituída. Em outros termos, pelo seu caráter reprodutivista, estas teorias consideram que a escola não poderia ser diferente do que é.” (SAVIANI, 2003a, p. 29).

Pedagogia Libertadora: Construída por Paulo Freire, na década de 60 a partir dos trabalhos com educação popular, constituindo-se numa concepção considerada contra-hegemônica, que propunha como:

[...] ponto de partida a vivência da situação popular (1º passo), de modo que identifique seus principais problemas e opere a escolha dos temas geradores (2º passo), cuja problematização (3º passo) levaria a conscientização (4º passo) que, por sua vez, redundaria na ação social e política (5º passo) (SAVIANI, 2008, p. 117).

A referência da Pedagogia Libertadora é o método de alfabetização de adultos, de Paulo Freire, que tem por princípio a certeza de que a educação é um ato político, de construção do conhecimento e de criação de uma outra sociedade – mais ética, mais justa, mais humana e solidária. Compreende que a ação educativa tem que estar garantindo as mudanças da sociedade. A educação assim concebida deve ser uma busca constante em favor das classes oprimidas, luta pela igualdade e liberdade.

Nessa concepção o aluno é o agente principal do processo pedagógico, sem, contudo, desconsiderar o educador, que também deve aprender a ser sempre aluno, pois ambos ensinam e aprendem nos espaços de construção do conhecimento. A essência do método freireano consiste no diálogo, denominado por Freire de “diálogo amoroso”. O diálogo deve partir das situações concretas vividas pelo educando, problematizando-as e conduzindo a uma “visão crítica” da sua realidade – processo por ele denominado de “conscientização”.

Gadotti (1996, p. 83-84) assim define Paulo Freire e compreende o método por ele utilizado:

Paulo Freire é, sem dúvida alguma, um educador humanista e militante. Em concepção de educação parte-se sempre de um contexto concreto para responder a esse contexto. Em educação como prática da liberdade, esse contexto é o processo de desenvolvimento econômico e o movimento de superação da cultura colonial nas ‘sociedades em trânsito’. O autor procura mostrar, nessas sociedades, qual é o papel da educação, do ponto de vista do oprimido, na construção de uma sociedade democrática ou ‘sociedade aberta’. Para ele, essa sociedade não pode ser construída pelas elites porque elas são incapazes de oferecer as bases de uma política de reformas. Essa nova sociedade somente poderá constituir-se como resultado da luta das massas populares, as únicas capazes de operar tal mudança.

A pedagogia Libertadora qualifica a educação convencional como uma “educação bancária”, porque está baseada numa ideologia de opressão, onde o aluno é tido como alguém destituído de qualquer saber e, por isto, visto como um mero depósito dos dogmas impostos pelo professor.

O ato educativo, na visão da pedagogia libertadora é um ato político e o educador deve ser um “humanista revolucionário”, direcionando sua ação político-pedagógica a serviço da transformação da sociedade e da criação do “homem novo”.

Pedagogia Libertária: Esta teoria foi influenciada pelos estudos de crítica das instituições em favor de um projeto autogestionário, desenvolvido por Maurício Tragtenberg (1929-1998), embora não se tratasse de um estudo voltado diretamente à pedagogia, seu objetivo era buscar superar os vários limites da burocracia institucional e, na maioria das vezes, também pedagógica.

A Pedagogia Libertária desenvolveu-se no sentido de transformação da ordem sócio-econômico vigente, procurando moldar o ensino para a construção de um novo homem e de uma nova sociedade. Preocupa-se em transformar a personalidade dos alunos num sentido libertário e autogestionário. A educação, através da escola, deve estar baseada na participação grupal, favorecendo os processos de distribuição do poder, via reuniões, assembleias, eleições, conselhos, entre outros mecanismos anti-autoritários. Este procedimento visa garantir a participação de todos os agentes, envolvidos no processo educativo, buscando estimular a autonomia dos alunos, a solidariedade e ao mesmo tempo introduzindo modificações institucionais que alcançariam todo o sistema.

O professor deve ser um orientador, um catalisador, um membro a mais do grupo escolar, estimulando os processos de reflexão e aprendizado. São os alunos que estabelecem o que querem estudar, sem necessariamente haver uma seqüência de disciplinas e conteúdos pré-definidos. O conhecimento é construído na fusão dos trabalhos intelectual e manual, buscando sempre uma resposta às necessidades e às exigências das questões

vinculadas à vida de cada um, em seus aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais, entre outros.

O professor detém a função de “conselheiro” e também a de “instrutor-monitor”, nunca deve ser visto como modelo, uma vez que a Pedagogia Libertária rejeita qualquer forma de poder e autoridade.

Luckesi (1994, p. 67-68) descreve o método de ensino da Pedagogia Libertária da seguinte forma:

É na vivência grupal, na forma de autogestão, que os alunos buscarão encontrar as bases mais satisfatórias de sua própria ‘instituição’, graças à sua própria iniciativa e sem qualquer forma de poder. Trata-se de ‘colocar nas mãos dos alunos tudo o que for possível: o conjunto da vida, as atividades e a organização do trabalho no interior da escola (menos a elaboração dos programas e a decisão dos exames que não dependem nem dos docentes, nem dos alunos)’. Os alunos têm liberdade de trabalhar ou não, ficando o interesse pedagógico na dependência de suas necessidades ou das do grupo.

Pedagogia Histórico-Crítica: Surge na década de 80, desenvolvida no Brasil por Dermeval Saviani, o qual se baseou em vários autores, como: Marx, Gramsci, Snyders, Kosik, entre outros. Também temos outros educadores que elaboraram estudos a favor desta teoria, sendo que entre eles destacamos: Guiomar N. de Melo, José C. Libâneo e Carlos R. J. Cury.

Essa teoria concebe o homem através do materialismo histórico-marxista e preocupa-se com a função transformadora da educação em relação à sociedade, sem menosprezar o processo de construção do conhecimento fundamentado nos conteúdos acumulados pela humanidade.

Trata-se de uma síntese superadora do que há de significado na Pedagogia Tradicional e na Escola Nova, conduzindo o ensino para a superação dos problemas cotidianos da prática social e, ao mesmo tempo, buscando a emancipação do aluno.

De acordo com Aranha (1996, p. 216), a Pedagogia Histórico-Crítica ou, como também é conhecida, Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos, busca:

[...] Construir uma teoria pedagógica a partir da compreensão de nossa realidade histórica e social, a fim de tornar possível o papel mediador da educação no processo de transformação social. Não que a educação possa por si só produzir a democratização da sociedade, mas a mudança se faz de forma mediatizada, ou seja, por meio da transformação das consciências.

Enquanto proposta contra-hegemônica, buscando superar as pedagogias da essência e da existência de forma dialética, procurando ultrapassar a crença na autonomia ou na dependência total da educação em face das condições sociais vigentes, a Pedagogia Histórico-Crítica acredita que para ocorrer a transformação social deve-se partir da compreensão da realidade, a partir da análise do mundo do trabalho, das vivências sociais, tentando compreendê-lo, não como algo natural, mas construído culturalmente, tornando a mediação social um componente de fundamental importância no processo de transformação social.

Saviani (2008, p. 129) assim define a Pedagogia Histórico-Crítica:

[...] A pedagogia Histórico-Crítica compreende a educação como o ato de produzir direta e intencionalmente em cada indivíduo singular a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Está empenhada em pôr em ação, métodos de ensino eficazes. Situa-se para além dos métodos tradicionais e novos, visando superar por incorporação as contribuições dessas duas tendências pedagógicas. Nessa perspectiva, seus métodos estimularão a atividade e iniciativa dos alunos sem abrir mão da iniciativa do professor, favorecerão o diálogo dos alunos entre si e com o professor, sem deixar de valorizar o diálogo com a cultura acumulada historicamente, levarão em conta os interesses dos alunos, os ritmos de aprendizagem e o desenvolvimento psicológico, sem perder de vista a sistematização lógica dos conhecimentos, sua ordenação e gradação para efeitos do processo de transmissão-assimilação dos conteúdos cognitivos.

Tendo como prioridade, o domínio dos conteúdos científicos, os métodos de estudo, habilidades e hábitos de raciocínio científico, como modo de formar a consciência crítica face à realidade social, instrumentalizando o homem como sujeito da história, tornando-o capaz de transformar a sociedade e a si mesmo.

Podemos perceber essas características nas Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná

[...] Os conteúdos disciplinares devem ser tratados, na escola, de modo contextualizado, estabelecendo-se, entre eles, relações interdisciplinares e colocando sob suspeita tanto a rigidez com que tradicionalmente se apresentam quanto o estatuto de verdade atemporal dado a eles. Desta perspectiva, propõe-se que tais conhecimentos contribuam para a crítica às contradições sociais, políticas e econômicas presentes nas estruturas da sociedade contemporânea e propiciem compreender a produção científica, a reflexão filosófica, a criação artística, nos contextos em que elas se constituem (PARANÁ, 2008, p.14).

Nota-se uma teoria pautada na concepção dialética, ou seja, prática – teoria – prática, sendo esse o ponto inicial para o desenvolvimento do trabalho docente, tendo o professor como detentor do conhecimento e responsável pelo processo ensino-aprendizagem.

A difusão de conteúdos é a tarefa primordial. Não conteúdos abstratos, mas vivos, concretos e, portanto, indissociáveis das realidades sociais. A valorização da escola como instrumento de apropriação do saber é o melhor serviço que se presta aos interesses populares, já que a própria escola pode contribuir para eliminar a seletividade social e torná-la democrática. Se a escola é parte integrante do todo social, agir dentro dela é também agir no rumo da transformação da sociedade. Se o que define uma pedagogia crítica é a consciência de seus condicionantes histórico-sociais, a função da pedagogia “dos conteúdos” é dar um passo à frente no papel transformador da escola, mas a partir das condições existentes. Assim, a condição para que a escola sirva aos interesses populares é garantir a todos um bom ensino, isto é, a apropriação dos conteúdos escolares básicos que tenham ressonância na vida dos alunos (LUCKESI, 1994, p. 69).

Importante também é a participação da família, assumindo sua função de colaboradora, procurando incentivar e possibilitar a frequência, a pontualidade, o estabelecimento de horário para estudo em casa e o auxílio na realização das atividades extras de seus filhos e ainda participando nos órgãos colegiados da escola, dando sua parcela de contribuição para que ocorra a efetivação da gestão democrática na Instituição Escolar.

Gasparin (2009) estabelece cinco passos metodológicos dessa teoria, sendo eles:

1 – PRÁTICA SOCIAL INICIAL DOS CONTEÚDOS

É o ponto de partida do trabalho docente. O professor deverá anunciar o conteúdo, dialogando com os alunos, levantando o que já sabem sobre ele e procurando motivá-los utilizando materiais diversos: slides, jornais, revistas, etc.

Nesse diálogo inicial o professor irá mostrar o quanto os alunos já sabem sobre o conteúdo, deixando claro que a temática que irá ser abordada já se encontra presente na prática social, isto é, no dia-a-dia do aluno.

O professor deve ter em mente que a visão do educando é uma visão de senso comum, empírica, geral, um tanto quanto confusa, ou seja, sincrética. Diante deste fato o educador deve posicionar-se perante a mesma realidade de maneira mais clara, com uma visão mais sintética, com o objetivo de conduzir o processo pedagógico com maior segurança

e realizar o planejamento antecipado das atividades que irá desenvolver.

Na prática da aula, “[...] os alunos são informados de que o conteúdo será abordado numa determinada linha política, através do processo teórico-metodológico que tem como suporte o materialismo histórico, com a finalidade de transformação social.” (GASPARIN, 2009, p. 20).

2 – PROBLEMATIZAÇÃO

Consiste num passo fundamental para o encaminhamento de todo o processo de trabalho docente-discente, pois é o elemento-chave na transição entre prática e teoria. Constitui o elo entre a prática e a instrumentalização. É nesse passo que ocorre a seleção dos principais problemas que são as questões fundamentais que foram apreendidas anteriormente pelo professor e alunos, necessitando serem resolvidas em um contexto mais abrangente do que o ambiente escolar, a sociedade. “São, portanto, grandes questões sociais, porém inseridas e especificadas no conteúdo da unidade que está sendo desenvolvida pelo professor.” (GASPARIN, 2009, p. 35).

A problematização é o fio condutor de todas as atividades que os educandos desenvolverão no processo de construção do conhecimento

3 – INSTRUMENTALIZAÇÃO

Nesse passo acontece a efetiva aprendizagem do conhecimento científico, pela mediação do professor. Através da realização das operações mentais de analisar, comparar, criticar, levantar hipóteses, julgar, classificar, conceituar, deduzir, generalizar, discutir, explicar, etc. O educando e o educador concretizam o processo dialético de construção do conhecimento que vai do empírico ao abstrato chegando, dessa forma, ao concreto, ao realizável.

4 – CATARSE

Passo em que cada aluno deverá realizar a nova síntese mental do conteúdo, ou seja, deverá estruturar, em nova forma, seu pensamento sobre as questões que o conduziram à construção do conhecimento.

5 – PRÁTICA SOCIAL FINAL

Fase em que se evidencia que tanto os educadores quanto os educandos se modificaram intelectualmente e qualitativamente em relação as suas concepções sobre o conteúdo que reconstruíram, evoluindo de um estágio de menor compreensão científica, social e histórica para uma fase de maior clareza e compreensão.

A Pedagogia Histórico-Crítica consiste numa proposta metodológica de apropriação e de reconstrução do conhecimento sistematizado procurando destacar que todo o conteúdo que é trabalhado na educação e pelo educando, através do processo pedagógico, retorna agora, de maneira nova e compromissada para o cotidiano social a fim de ser nele um instrumento a mais na transformação da realidade.

Os passos da metodologia dessa teoria, embora possam transmitir a idéia de serem independentes e estanques, não acontece, já que na realidade prática eles constituem um todo indissociável e dinâmico, nos quais cada fase interpreta e complementa as demais. Portanto, a prática social inicial e final é o conteúdo reelaborado pelo processo educativo. A problematização, a instrumentalização e a catarse são os três passos onde ocorre a construção do conhecimento na e para a prática social.

ORIENTAÇÕES/RECOMENDAÇÕES

Esse estudo tem como finalidade provocar uma reflexão/debate a respeito da função social da escola pública que é a de promover o acesso aos conhecimentos socialmente produzidos pela humanidade a fim de possibilitar ao educando condições de emancipação humana.

De posse desse conhecimento e conhecedor de sua situação, o indivíduo torna-se capaz de intervir na realidade, servindo-se dos conhecimentos adquiridos, enquanto instrumento a ser utilizado na luta pela transformação social.

Quanto ao trabalho docente pretendo contribuir para que o professor reveja algumas teorias pedagógicas e reflita sobre suas conseqüências no processo educativo.

Somente avaliaremos a viabilidade ou não da proposta aqui elaborada se houver mudanças na postura do aluno em relação ao estudo, à escola, daí a importância de novamente aplicar o questionário após a conclusão do Grupo de Estudo com os alunos, visando constatar se ocorreram ou não mudanças significativas, em relação ao professor e demais membros da Instituição Escolar, se conseguirmos provocar algumas inquietações e a

busca de um maior aprofundamento teórico para nortear a prática pedagógica, se isto realmente acontecer, teremos contribuído ainda que de maneira superficial, uma vez que esse estudo não se esgota aqui, pois é muito amplo e exige um maior aprofundamento.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. L. **Filosofia da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2001. (Coleção Primeiros Passos, n. 20).
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná**. 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/?conteudo=98>>. Acesso em: 15 mar. 2011.
- CURY, C. R. J. **Educação e contradição**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- DUARTE, N. Concepções afirmativas e negativas sobre o ato de ensinar. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 19, n. 44, abr. 1998.
- FLEURI, R. M. **Educar para quê?** contra o autoritarismo da relação pedagógica na escola. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- GADOTTI, M. **Paulo Freire: uma bibliografia**. São Paulo: Instituto Paulo Freire: UNESCO: Cortez, 1996.
- GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2009. (Coleção Educação Contemporânea).
- LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1985.
- LIBÂNEO, J. C. Tendências pedagógicas na prática escolar. In: LUCKESI, C. C. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1994.
- LUCKESI, C. C. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1994.
- RODRIGUES, N. **Lições do príncipe e outras lições**. 3. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1984.
- SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas: Autores Associados, 2008. (Coleção Memória da Educação).
- _____. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. 36. ed. Campinas: Autores Associados, 2003a. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; v. 5).
- _____. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2003b. (Coleção Educação Contemporânea).

_____. Sobre a natureza e especificidade da educação. In: SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2003c. p. 11-22.

YOUNG, M. **Para que servem as escolas?** Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 15 mar. 2011.